

Maria de Lourdes Martins e a introdução da metodologia Orff em Portugal *

Maria Helena Vieira
m.helenavieira@ie.uminho.pt

Não é seguramente por coincidência que tenha sido uma compositora a principal responsável pela divulgação no nosso país dos princípios metodológicos para a educação musical defendidos por Carl Orff. Não foi por certo coincidência que tivesse sido também um compositor a elaborar uma metodologia com as características das do “método” Orff (as aspas respeitando as próprias indicações do autor a propósito da *Schulwerk*). O conjunto de cinco volumes da *Schulwerk*, publicado na década de 50 traduz uma *praxis* assente na ideia de que a experiência antecede o conhecimento. Na verdade, a *Schulwerk* não fora elaborada com o objectivo de se transformar num compêndio escolar de abordagem exaustiva, nem numa compilação de peças a executar pelos alunos seguindo o tradicional processo “leitura/memorização/aperfeiçoamento técnico/execução”. Tendo como prioridade o desenvolvimento das capacidades criativas dos próprios alunos, as peças surgem mais como modelos, sugestões de trabalho a desenvolver, ideias para renovar e aplicar a outras situações. É neste sentido que Jos Wuytack, um dos principais continuadores do trabalho pedagógico de Orff, afirma: “*A Schulwerk está ainda in statu nascendi. A sua adaptação por outros países e culturas não implica uma reprodução literal e completa do original alemão; pelo contrário, cada país tem de reconstituir as ideias de acordo com a mentalidade, a tradição e as características específicas da sua cultura*” (1993, p. 4).

A adaptação da obra de Orff em Portugal teve como principal impulsionadora a Fundação Calouste Gulbenkian, que, entre 1961 e 1965, organizou em Lisboa e em Braga cursos para crianças e cursos de formação de professores. Em 1965, o próprio Carl Orff foi convidado a assistir a uma demonstração de alunos e professores formados pela Fundação e às aulas com crianças de Maria de Lourdes Martins em Setúbal.

Foi precisamente Maria de Lourdes Martins, compositora, também diplomada em Orff *Schulwerk* em Salzburg, quem, com o apoio da Fundação Gulbenkian, procedeu em 1960 à adaptação dos primeiros volumes da *Schulwerk* para a nossa língua, facilitando assim o acesso dos professores portugueses às sugestões pedagógicas de Carl Orff. Os problemas de adaptação colocaram-se logo à partida pelo facto de o primeiro volume incidir na estrutura pentatónica, a qual é alheia à música tradicional portuguesa. Por esse motivo, as canções apresentadas não fazem parte da tradição popular portuguesa da canção infantil, tendo Maria de Lourdes Martins recorrido à inserção de pregões coligidos pelo músico etnógrafo Rebelo Bonito no seu *Prontuário da Canção Portuguesa* (Martins, *adpt.*, 1961, a, pref.). Num volume à parte a compositora fez então a adaptação de dez canções infantis da tradição popular portuguesa, segundo os mesmos processos da *Schulwerk*. “Papagaio Louro” “Ti’Anica” “Indo eu” “As pombinhas da Catrina” são algumas das canções apresentadas com arranjos para instrumental Orff (Martins, *adpt.*, 1961, b).

O trabalho de divulgação levado a cabo por Maria de Lourdes Martins não se circunscreveu a Portugal. A compositora orientou também cursos no Brasil, nos quais foi dado um papel primordial às actividades de improvisação (Martins, 1974, pp. 17-19). Terá sido precisamente a atenção dedicada à criatividade e à improvisação na obra pedagógica de Orff que terá levado Maria de Lourdes Martins a interessar-se por essa metodologia. Os seus interesses, enquanto professora e compositora, orientavam-se para a concepção fundamental de que a criança prefere aprender de formas criativas, explorando,

* Este artigo é uma adaptação de Vieira, M. H. (1998). “O Papel de Maria de Lourdes Martins na Introdução da Metodologia Orff em Portugal” in *Arte Musical*, 10/11, IV Série, Vol. III, pp. 23-30.

experimentando, modificando, articulando. A criança prefere aprender, no fundo, da única forma como é realmente possível aprender.

Num artigo datado de 1974, e apresentado em Tóquio no Seminário “Educação dos Músicos e do seu Público”, Maria de Lourdes Martins resumiu assim o papel da improvisação no ensino musical: “A improvisação é o meio mais importante de desenvolver a habilidade de criação necessária para exprimir os próprios conceitos musicais.” Segundo a autora, essa habilidade de criação era fulcral, não só na disciplina de educação musical, mas também na educação instrumental e na composição. A ausência de actividades criativas na sala de aula, e um ensino envelhecido, assente na tradição de reprodução das obras dos velhos mestres, eram considerados os principais responsáveis pela falta de espontaneidade e de entusiasmo dos alunos, bem como pela sua fraca preparação para a inserção na vida profissional de músico ou professor (1985, p. 16).

Talvez seja legítimo questionarmo-nos até que ponto é que o ensino no nosso país foi ou não permeado por esta concepção conceptual da aprendizagem, quer ao nível do ensino genérico, quer ao nível do ensino vocacional ou profissional. Até que ponto é que a criatividade dos alunos é fomentada através de experiências concretas de expressão dos conceitos adquiridos, ou até que ponto é que esses conceitos chegam ou não a ser adquiridos, na ausência de experiências concretas. Talvez seja legítimo questionar se a ausência da improvisação nos programas de ensino instrumental não poderá estar a formar pessoas que são capazes de tocar obras de grande dificuldade técnica, sem contudo alcançarem o grau de entendimento conceptual necessário para improvisar uma simples melodia com o mais simples acompanhamento harmónico. Talvez seja legítimo questionar ainda se a ausência da improvisação nos programas de formação musical, enquanto actividade sistemática que acompanhe passo a passo a evolução dos conteúdos programáticos previstos, poderá estar na origem das graves lacunas conceptuais que os nossos alunos apresentam, mesmo nos anos mais adiantados dos seus estudos. Independentemente de questões relacionadas com a metodologia a aplicar, com o desenvolvimento curricular ou com a interdisciplinaridade, testado e comprovado de que a aprendizagem encontra condições ideais de realização numa atmosfera de experimentação criativa. Fechar os olhos e, pior, a sala de aula, a esta realidade é comprometer todo o processo de aprendizagem dos alunos. Talvez seja legítimo parafrasear o comentário de Maria de Lourdes Martins a respeito dos professores de composição, aplicando-o aos professores das várias áreas do ensino da música, e afirmar que “só o professor que é capaz de improvisar merece o ordenado que recebe” (1985, p. 14).

Referências bibliográficas

- Martins, M. L. (1961, a, *adpt.*). Orff, C. e Keetman, G. *Orff-Schulwerk*. Mainz: Schott's Söhne.
- Martins, M. L. (1961, b, *adpt.*). *Orff-Schulwerk. Canções para as Escolas. Dez Canções Populares Portuguesas*. Mainz: Schott's Söhne.
- Martins, M. L. (1974). Relatório dos Cursos de Orff-Schulwerk realizados no Brasil. *Boletim da Associação Portuguesa de Educação Musical*, 7, 17-19.
- Martins, M. L. (1985). Perspectivas de Ensino da Composição. *Boletim da Associação Portuguesa de Educação Musical*, 44, 13-15.
- Martins, M. L. (1985). O Impacto do Estudo da Composição na Atitude do Jovem Perante a Vida”. *Boletim da Associação Portuguesa de Educação Musical*, 44, 16-17.
- Martins, M. L. (1987). “Carl Orff – O Pedagogo. Assimilação dos Seus Princípios Psico-pedagógicos e Impacto da sua Projecção no Mundo”. *Boletim da Associação Portuguesa de Educação Musical*, 53, 7-10.
- Wuytack, J. (1993). Actualizar as ideias educativas de Carl Orff. *Boletim da Associação Portuguesa de Educação Musical*, 76, 4-9.



Revista

de

Educação

Musical



Propriedade e Administração

apem Associação Portuguesa de Educação Musical • Instituição de Utilidade Pública • Representante em Portugal da ISME - International Society for Music Education • Rua D. Francisco Manuel de Melo, 36-1.º D.º 1070-087 Lisboa, Tel. / Fax 21 38 68 101; Sítio web: www.apem.org.pt; Correio-e: educacaomusical@sapo.pt

Direcção da APEM Graça Boal Palheiros, Maria Manuela Encarnação, Vasco Manuel Broco da Silva, Ana Catarina Andrade, António Ângelo Vasconcelos.

Directora Graça Boal Palheiros, Instituto Politécnico do Porto Conselho redactorial Graça Boal Palheiros, Maria Manuela Encarnação Conselho científico Beatriz Ilari, Universidade Federal do Paraná • David Hargreaves, Universidade de Surrey, Roehampton, Londres • Elisa Lessa, Universidade do Minho • Graça Boal Palheiros • Graham Welch, Universidade de Londres.

Impressão Barbosa & Xavier, Lda. - Rua Gabriel Pereira de Castro, 31 A e C, Braga - 4700-385 Braga
Tiragem 800 exemplares Periodicidade semestral
Preço por número 20,00 € Assinatura anual 35,00 €.

Registo no SRIP n.º 109959
N.º Depósito legal 88071/95